

**COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE – CIB  
ESTADO DE SÃO PAULO**

**ATA da 342ª Reunião da CIB**

**DATA/HORÁRIO: 22/02/2024 – 14h30min**

**LOCAL: Sala de Reuniões do CES**

**MEMBROS TITULARES (presentes)**

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris  
Dra. Silvany L. Cruvinel Portas  
Dr. Aldemir Humberto Soares  
Dra. Marcela Pégolo da Silveira  
Dr. Daniel Buffone de Oliveira  
Dr. Geraldo Reple Sobrinho  
Dra. Carmem Sílvia Guariente  
Dra. Adriana Martins de Paula

**MEMBROS SUPLENTE (presentes)**

Dra. Magali Vicente Proença  
Nelson Yatsuda  
Sandra Regina Sestokas Zorzeto  
Vanessa Dutra Ormundo Fernandes  
Renata Zaidan dos Santos Tupinamba  
Claudia Vieira Carnevalle  
Clara Alice Franco de Almeida

**Participantes: (listados apenas os nomes legíveis)**

Athenê Maria Mauro  
Elisabete Liso  
Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes  
Maria Cristina Coimbra Lages B. de Andrade  
Mariângela Guanaes Bortolo da Cruz

## I. Aprovação da ATA anterior

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva de Estado da Saúde de São Paulo, cumprimenta a todos e agradece a presença da diretoria do COSEMS, dos Coordenadores e assessores da SES.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, cumprimenta a todos desejando uma reunião bastante produtiva.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva de Estado da Saúde de São Paulo, informa a todos que amanhã 23/02/2024 às 10:00 está agendado a reunião do COE e, no mesmo horário, a reunião da Comissão de Oncologia juntamente com o município de São Paulo e demais municípios do DRS I e membros do COSEMS.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, cumprimenta a todos e pergunta se há alguma observação a ser feita, com relação à ata da reunião anterior. Na ausência de manifestações a mesma é aprovada por unanimidade.

## II. Homologações

### 1. Credenciamento:

**1.1 Esterilização Cirúrgica: Laqueadura Tubária/Vasectomia – Portaria SAS/MS nº 48, de 11/02/1999, Resolução SS 05, de 11/01/2000 e Portaria GM/MS nº 1.319, de 05/06/2007.**

**1.1.1 DRS 11 – Município de Rancharia – Credenciamento** para realização de procedimentos de Laqueadura Tubaria, do **Hospital e Maternidade de Rancharia**, CNES 2081873, sob gestão Estadual. Não gera impacto financeiro.

**1.1.2 DRS 1 – Município de São Paulo – Credenciamento** para realização de procedimentos de Vasectomia da **Unidade de Saúde Carrão CIES**, CNES 9461353, sob gestão Municipal. Não gera impacto financeiro.

**1.1.3 DRS 1 – Município de São Paulo – Credenciamento** para realização de procedimentos de Vasectomia do **Hospital Dia Mooca**, CNES 6135749, sob gestão Municipal. Não gera impacto financeiro.

**1.2 UTI Tipo I – Circular Normativa nº 01/91, de 27 de novembro de 1991, da Gerência de Assistência Complementar – 501-004.2, do MS/Brasília, que estabeleceu as normas para regulamentar as atividades das UTI; Ofício GS/SP 4407/2008.**

**1.2.1 DRS 4 – Município de São Vicente – desabilitação** de 6 leitos de UTI Adulto Tipo I, código 26.96, **Hospital São José**, CNES 2080729. Justificativa do Gestor: Regularizar o CNES, o hospital não possui os leitos SUS pois foram desativados em abril de 2017. Aprovada na reunião da CIR Ordinária da Baixada Santista realizada em 29/11/2023.

**1.3 CAPS – Centro de Atenção Psicossocial – Portarias GM/MS nº 336 de 19.02.2002, portaria GM/MS nº 3.089 de 23/12/2011, portaria GM/MS nº 660 de 03/07/2023.**

**1.3.1 Prefeitura Municipal de Leme – Credenciamento do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas II (CAPSAD II) gestão municipal, CNPJ 46.362.661/0001-68, CNES 9183663. Recurso financeiro fixo de R\$ 50.564,00 (cinquenta mil e quinhentos e sessenta e quatro reais) mensais.**

**1.4 Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, e Portaria GM/MS 3089 de 3089 de 23.12. 2011. Portaria GM/MS nº 148, de 31/01/2012.**

**1.4.1 Prefeitura Municipal de São Vicente – Credenciamento de 09 leitos de saúde mental em Hospital Geral Dr. Olavo Horneaux de Moura, gestão municipal, CNPJ 11.899.413/0001-76, CNES 7371349. Recurso financeiro fixo R\$ 67.321,32, por leito/anual. Valor total ano R\$ 605.891,88 (seiscentos e cinco mil, oitocentos e noventa e um reais e oitenta e oito centavos)**

**2. UPA – Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.**

**2.1 DRS Campinas, Município de Americana – Alteração PAR-RAU Alteração de custeio – UPA São José, de Opção de custeio V para III – indicado em relatório de diligência do MS (Proposta SAIPS 191154), aprovado na CIR, em 02/02/2024.**

**2.2 DRS Sorocaba – Alteração PAR-RAU – Aprovação do Termo de compromisso com funcionamento de UPA 24h Tatuí como indicado em relatório de diligência do MS (Proposta SAIPS 180468), aprovado em CIR no dia 09/02/2024.**

**3. SAMU – Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde, Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/17: Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.**

**3.1 DRS Bauru – SAMU Regional Lins**

- **Implantação** do SAMU Regional com 1 Central (Lins), 1 USA (Lins) e 5 USB (Lins, Cafelândia, Getulina, Promissão e Sabino). Pleito consta no PAR-RAU da RRAS 9.

**3.2 DRS Sorocaba – SAMU Regional Itapetininga**

- **Implantação** de Base descentralizada em Cesário Lange, com 1 UBS, conforme consta no PAR-RAU da RRAS 8.

4. CEO – Centro de Especialidades Odontológicas. Portaria de consolidação nº 05 de 28-09-2017, origem Portaria nº 599 de 23/03/2006 que define a implantação de Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) e de Laboratórios Regionais de Prótese dentária - LRPD e estabelece critérios normas e requisitos para o seu credenciamento, atualizada pela Portaria 2.373 de 07/10/2009; Portaria de consolidação nº 06 de 28-09-2017, origem Portaria nº 600, de 23/03/2006, atualizada pelas Portarias GM/MS nº 1.464 de 24/06/2011 e nº 1.341, de 13/06/2012 que institui o financiamento dos mesmos, os meios de monitoramento e os valores dos incentivos de implantação e de custeio mensal dos CEO. Portaria GM/MS 283, de 22 de fevereiro de 2005, da antecipação do incentivo financeiro para CEO em fase de implantação.

DRS	MUNICÍPIO	SOLICITAÇÃO	DESCRIÇÃO
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	MOCOCA	INCLUSÃO DE RCPD NO CEO TIPO I	INCLUSÃO DE RCPD NO CEO TIPO II – CNES 6830145
BAIXADA SANTISTA	PRAIA GRANDE	CREENCIAMENTO DE CEO TIPO I PARA TIPO II	CREENCIAMENTO DO CEO TIPO I PARA TIPO II – PRAIA GRANDE CNES 946904
BAIXADA SANTISTA	SANTOS	CREENCIAMENTO DE CEO TIPO II PARA TIPO III	CREENCIAMENTO DO CEO TIPO II PARA CEO TIPO III – ZONA DA ORLA E INTERMEDIÁRIA CNES 5333466
BAIXADA SANTISTA	SÃO VICENTE	CREENCIAMENTO DE CEO TIPO II PARA TIPO III	CREENCIAMENTO DO CEO TIPO II PARA CEO TIPO III – JD. RIO BRANCO CNES 6050042

5. SESB – Serviço de Especialidades em Saúde Bucal. Portaria GM/MS Nº 751 de 15/06/2023, altera a portaria de consolidação nº 05 de 28-09-2017, origem Portaria nº 599 de 23/03/2006 que define a implantação do Serviço de Especialidades em Saúde Bucal

DRS	MUNICÍPIO	CNES	SOLICITAÇÃO	DESCRIÇÃO
TAUBATÉ	BANANAL	6989667	Credenciamento - SESB	Credenciamento – SESB – Ambulatório Médico de especialidades Mariinha Basílio.

6. Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência – RCPD, PORTARIA GM/MS Nº 1.526, de 11/10/2023.

- 6.1 Município de Embu das Artes – CER II - Centro Especializado em Reabilitação Pedro Fernandes Alves dos Santos, CNES 2835339, sob gestão municipal, modalidades física e intelectual, habilitado em 17 de julho de 2023 pela Portaria GM/MS nº 877. **Solicita incentivo de custeio - adicional de 20% para atendimento voltado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).**

**7. Referendar Deliberações CIB *ad referendum*, publicadas antes da reunião da CIB, de 22/02/2024 abaixo relacionadas:**

DELIBERAÇÃO CIB	ASSUNTO	DATA/PUBLICAÇÃO – D.O.E.
16	AD REFERENDUM PROPOSTAS DE CUSTEIO PORTARIA Nº 544.	06/02/2024
17	AD REFERENDUM ATUALIZAÇÃO DAS DIRETRIZES RECURSOS ONCOLOGIA, PT MS nº 1.516/23 e Portaria MS nº 1.890/23	14/02/2024
18	AD REFERENDUM PROPOSTAS DE CUSTEIO PORTARIA Nº 544.	16/02/2024
19	AD REFERENDUM PROPOSTAS DE CUSTEIO PORTARIA Nº 544.	19/02/2024
20	AD REFERENDUM PROPOSTAS DE CUSTEIO PORTARIA Nº 544.	20/02/2024
21	AD REFERENDUM PROPOSTAS DE CUSTEIO PORTARIA Nº 544.	21/02/2024
22	AD REFERENDUM PROPOSTAS DE CUSTEIO PORTARIA Nº 544.	22/02/2024
23	AD REFERENDUM PROPOSTAS DE CUSTEIO PORTARIA Nº 544.	23/02/2024

**Encaminhamento: Todos os pleitos foram aprovados.**

### **III. DISCUSSÕES/PACTUAÇÕES (5 min cada item)**

#### **1. Saúde Digital – aprovação das diretrizes para o estado de São Paulo.**

Maria Cristina Coimbra Lages B. de Andrade – GS/SES cumprimenta a todos e, inicialmente coloca que já foi feita esta apresentação para a diretoria do COSEMS e na Câmara Técnica. Agradece especialmente, a Dra. Carmen e Dra. Adriana, vice-presidente do COSEMS/SP e segunda vice-presidente do COSEMS/SP, respectivamente, pela construção conjunta no GT bipartite de Saude Digital. Coloca que, a Saúde Digital é um dos projetos estruturantes do governo estadual integrando um conjunto e compondo todas as outras iniciativas que foram desenhadas. Em seguida coloca que, conforme definido pela Organização Mundial de Saúde a saude digital é a utilização de ferramentas de tecnologia de informação e comunicação para a saúde. Coloca que como objetivos gerais do projeto é avançar na transformação digital do estado de São Paulo, ampliar a inclusão digital, o acesso e o uso de serviços públicos digitais, aumentar a satisfação do cidadão na utilização de serviços públicos, gerar economia para o cidadão, melhorar a transparência e a eficiência da gestão pública. Ressalta que, ações extremamente relevantes foram realizadas durante a pandemia de covid-19, quando ocorreram um conjunto de iniciativas, referentes a Tele Saúde, pode-se falar de teleatendimento, teleinterconsulta, tele consulta. Coloca que, foi um marco muito importante, porém após a pandemia, ficou a responsabilidade de se fazer uma jornada consistente, estruturada e assim o governo de SP está construindo, através da Secretaria da Saúde que assumiu a tarefa de se apropriar das ofertas que estavam ocorrendo, avaliar dentro daquilo

que havia sido proposto e revisar o programa. Afirma que, logo no início de 2023 foi constituído e aprovado em CIB o GT bipartite de Saude Digital e um grande alinhamento com o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Informação e Saúde Digital – SEIDIGI/MS, criada em janeiro/2023 que está responsável por formular políticas públicas orientadoras para a gestão da saúde digital. Informa que, dessa parceria com a SEIDIGI/MS resultou na realização do primeiro Simpósio de Transformação Digital do SUS, em outubro/2023, com a formalização de convênios para execução de algumas das entregas que estão previstas nesse programa. Afirma que o projeto está alinhado às premissas fundamentais da estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2028, do Ministério da Saúde. Informa que, o projeto contempla parcerias de treinamento, processos eficientes, soluções inovadoras e comprovação científica. Coloca que a questão da capacitação é extremamente relevante, pois não faz sentido contratar um conjunto de ofertas que são realizadas pelas mais variadas empresas, mas ter soluções para o SUS construídas pelo SUS. Afirma que o GT Bipartite de Saúde Digital tem o alinhamento com objetivos de ampliação e diversificação de atendimento ao cidadão. Coloca que alguns pilares são fundamentais como a conectividade e a velocidade de rede, uma arquitetura de dados moderna e que possa ser constantemente desenvolvida e a interoperabilidade. Diz que foi elaborado uma proposta de projeto de desenvolvimento em saúde digital, em parceria com o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo - FMUSP que prevê um conjunto de iniciativas estruturantes e expandidas. Um aspecto relevante afirma que é da capacitação em saúde digital, que irá tornar os profissionais da saúde da ponta diferenciados. Coloca que especialmente na atenção básica, o quanto se sofre com profissionais recém-formados e pode-se agregar bastante valor neste processo e quando se fala de iniciativas expandidas são as iniciativas assistenciais. Afirma que a proposta abrange, uma oferta em atenção básica das unidades para as pessoas privadas de liberdade, uma oferta no AME Mais Digital e de tele UTI, contemplando-se os três níveis de atenção, com objetivo de se construir uma jornada 100% digital. Outro projeto, diz que é o São Paulo Mais Digital. Relata que, as entregas serão através de recursos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID sendo realizado em parceria com a Secretaria de Gestão e Governo Digital e dois produtos específicos para a saúde. Explica que, um dos produtos é a ferramenta de agregação das informações da atenção básica que irá permitir melhorar o planejamento, a gestão das ações e auxiliar também em com relação à prestação de contas para o Ministério da Saúde. Coloca também, que sabe-se do grande volume de glosas e um delay importante no envio dessas informações e, quando se fala dos projetos estruturantes, será a ferramenta extremamente importante para o apoio e ao cumprimento das metas variáveis do IGM, por exemplo, porque existem metas que estão atreladas a desempenho, sendo uma ferramenta extremamente contributiva nesse sentido e algo irá impactar na gestão do cuidado. Outro ponto diz que, parte do recurso será destinado para a reestruturação ou redesenho do modelo atual da central de regulação de

oferta de serviços de saúde do estado, e transformar a central de regulação realmente e não numa central de agendamento, pois os municípios sofrem bastante com isso, perdem os seus pacientes, existe a questão da necessidade de cumprimento de legislação de transparência nas filas e os senhores sabem de toda relevância. Afirma que outras iniciativas na transformação digital de saúde passam pela dispensação de medicamentos de alto custo, ERPS hospitalares da administração direta e sistemas da Secretaria que impactam com relação aos municípios. Conclui que a nossa jornada de transformação digital contempla também esses sistemas que impactam na vida dos municípios e aos cidadãos.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva de Estado da Saúde de São Paulo agradece a Dra. Cristina por apresentar esse projeto tão relevante aqui para todos.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, coloca inicialmente da satisfação de validar o trabalho conjunto entre SES e COSEMS na condição do grupo bipartite de saúde digital. Comenta que o grupo vem trabalhando muito com propostas já em andamento com a participação e discussão, com outros grupos técnicos bipartite, como por exemplo, o Grupo Bipartite de Atenção Básica – GTAB, o Grupo Condutor Bipartite da Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade, no GT bipartite PPI/Redes. Reforça que o projeto é um meio extremamente potente para auxiliar em todo o processo da assistência.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, comenta, inicialmente, que a saúde digital veio para ficar e apesar de pouco explorado irá resolver muito dos problemas. Parabeniza o GT de saúde digital e da condução da Dra. Cristina, que está discutindo e trazendo as propostas no grupo, com um trabalho revolucionário aqui na saúde.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, comenta que sempre ouve uma tendência em se resolver tudo rapidamente sem a discussão conjunta e, nesta gestão está sendo conduzida uma proposta estruturante e discutida de fato conjuntamente.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, completa dizendo que a proposta é capilarizar nos grupos técnicos e nas oficinas de regionalização, sendo incluído na pauta da CIB, na programação das oficinas de regionalização e sendo materializado em um ano.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, informa que está sendo elaborada uma deliberação CIB, pelo GT bipartite de Saúde Digital, com as diretrizes, para publicar.

**Encaminhamento: Aprovado**

## **2. Aprovação de Ofício CIB ao MS – indicador nº 5 Cloro Residual Livre, do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS).**

Claudia Vieira Carnevalle, GPA/CCD/SES coloca que o GT bipartite Vigilância em Saúde, por meio das demandas encaminhadas pelos GTVS, informa sobre a dificuldade no monitoramento de desempenho da gestão de vigilância, pois encontra-se condicionado ao sistema de informação e um deles, o SISÁGUA, desde 2023 o sistema vem passando por uma atualização e trazendo problemas com relação aos registros das amostras. Diz que, tendo em vista essa condição, o GT elaborou um Ofício CIB, propondo solicitar ao Ministério que considere validado os registros, do indicador nº 5 Cloro Residual Livre, não somente pela questão da instabilidade do sistema, mas considerar à série histórica positiva que os municípios paulistas vêm realizando.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, afirma que a proposta de Ofício CIB é para considerar os registros existentes e não ocorra prejuízo de nenhum município.

### **Encaminhamento: Aprovado**

## **3. Regionalização da Saúde de São Paulo – atualização e encaminhamentos.**

**Aprovação de deliberação CIB – recomendação à Secretaria de Estado da Saúde em articulação junto as secretarias Estaduais de Educação e de Ciência e Tecnologia, de aumento de vagas dos cursos de Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia nas universidades estaduais, no Estado de SP.**

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, informa que o processo da Regionalização (etapa 2) está ocorrendo esta semana, iniciando com três oficinas, em Sorocaba, Bauru e Marília. Ressalta que, em todas as Oficinas 2, ocorrerá a assinatura do Termo de Compromisso, entre o estado e os municípios, através do Comitê Executivo de Governança das RAS, com representação das respectivas CIR, com vistas ao fortalecimento do SUS na região, com desdobramento da expansão pactuando-se as referências do perfil assistencial. Coloca que tem sido uma experiência interessante, algumas oficinas com resultados um pouco mais incipientes do que outras, mas percebe-se um grande empenho das regiões de saúde que continuam trabalhando e que terá continuidade com o esforço de todos, para atingir a meta de melhorar a regionalização do estado com avanços importantes na rede de atenção, fluxos e no acesso.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, 1ª Vice-presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba, comenta que acompanhando as oficinas de regionalização, tem uma solicitação ou uma recomendação, por parte das CIR, para solicitar em nome da CIB, a ampliação de vagas, dos cursos de Terapia Ocupacional – TO e de Fonoaudiologia – FO



nas universidades estaduais, nas diversas regiões. Explica que, com o aumento dos casos de Transtorno do Espectro Autista – TEA, e o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, há uma necessidade desses profissionais e atualmente não se consegue contratar, por várias razões, cursos muito caros, poucas vagas ofertadas, salários baixos etc. e, conseqüentemente, o setor privado acaba levando esse profissional com salários mais atrativos.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, informa que esta demanda das regiões e já foi encaminhada para a Dra. Priscila, foi discutida internamente na SES e a proposta é que saia mesmo uma deliberação CIB com a recomendação para que possibilite ao Secretário discutir essa questão com os Secretários Estadual de Educação e de Ciência e Tecnologia.

#### **Encaminhamento: Aprovado**

#### **4. Aprovação da atualização do desenho territorial da RRAS 13 e Regiões de Saúde do DRS de Araraquara.**

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, inicialmente comenta que, conforme combinado no início da condução deste processo, haveria também uma avaliação do desenho da regionalização e este desenho da RRAS 13 foi avaliado e pactuado nas CIRs correspondentes com a saída do DRS de Araraquara para formar a RRAS 18. Informa que um Grupo Técnico bipartite temporário foi criado e aprovado pela CIB no ano passado, avaliou todo o fluxo de paciente e a capacidade instalada de cada região, em absorver a resolutividade de cada região. Diz que o GT avaliou a solicitação e Araraquara passará para uma RRAS; e, o desenho das regiões de abrangência do DRS de Araraquara composto por quatro (4) CIR **(Central do DRS III, Centro Oeste do DRS III, Norte do DRS III e Coração do DRS III)** passará para três (3) regiões de saúde – RS **(Central do DRS III, Noroeste do DRS III e Coração do DRS III)** porque duas (2) regiões de saúde foram unificadas formando a RS Noroeste do DRS III, pois a resolubilidade não é suficiente para manter-se como uma região de saúde. Comenta que, neste momento passam, para 62 regiões de saúde e que ao final do processo de regionalização, podem ocorrer outras alterações, mediante estudos e avaliação técnica e aprovação em CIR e depois a CIB.

Nelson Yatsuda, CRS/SES coloca que tanto do ponto de vista do processo e da maturidade das discussões, além da questão formal de ter tramitado e aprovado nas respectivas CIRs e pela CIB, outros movimentos para alteração de RS e/ou criação de RRAS estão ocorrendo em outras regiões, mas o processo não está ainda finalizado e sedimentado nas respectivas CIRs.

#### **Encaminhamento: Aprovado**

**5. Aprovação da atualização dos serviços de hemodiálise até 29 máquinas, Portaria GM/MS nº 762, de 23/06/2023.**

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, coloca para aprovação, a atualização da relação dos serviços de hemodiálise até 29 máquinas, PT nº 762/2023. Comenta que, no ano passado, a CIB aprovou a relação de serviços para recebimento do incentivo anual e nesse momento atualizou-se a relação dos serviços.

**Encaminhamento: Aprovado**

**6. Aprovação de aumento de teto MAC:**

- a) Município de Monte Alegre do Sul/DRS Campinas:** R\$ 650.542,21/ano e R\$ 54.211,85/mês.
- b) Município de Santa Bárbara D'Oeste/DRS Campinas:** R\$ 8.766.878,47/ano e R\$ 730.573,21/mês.
- c) Município de Mirante do Paranapanema/DRS Presidente Prudente:** R\$ 1.570.387,38/ano e R\$ 130.865,62/mês.
- d) Município de Cruzeiro/DRS Taubaté:** R\$ 5.450.297,87/ano e R\$ 454.191,49/mês.
- e) Município de Igaratá/DRS Taubaté:** R\$ 207.987,52/ano e R\$ 17.332,29/mês.

Os pleitos são justificados pela necessidade de recomposição de Teto MAC.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, apresenta a relação de municípios que solicitaram aumento de teto MAC. Diz que, todos os pleitos foram apreciados e aprovados em CIR e avaliados no GT Bipartite Redes/PPI. Afirma que o GT constatou através de estudos conforme metodologia pactuada em CIB, estouros de teto justificando a ampliação de recursos financeiros de Teto MAC, recomendando a aprovação.

**Encaminhamento: Aprovado**

## 7. Aprovação das transferências de Teto MAC:

### 7.1 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de Campinas e DRS Grande São Paulo.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
GRANDE SÃO PAULO	FRANCO DA ROCHA	1.521,48		Recebe recursos no valor de R\$ 1.521,48 anual referente o Grupo 02 de procedimentos da Tabela SIGTAP/SUS do "diagnóstico em laboratório clínico" na atenção especializada TRS, para 1 paciente (s) da Clínica de Nefrologia e Dialise de Bragança Paulista de Município Bragança Paulista, CNES:2039206, CNPJ nº 07.172.580/0001-43, sob Gestão Estadual, para o município de Franco da Rocha, que foi transferido (s) para CLINEFRAN Centro de Nefrologia de Franco da Rocha, localizada no município de Franco da Rocha em consonância com o Plano de Ação Regional da DRS. pactuado constante na Ata da CIR da região de saúde de Bragança, realizada na data de 07/02/2024.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de março de 2024.

#### MEMORIA DE CÁLCULO

DRS	MUNICIPIO/ INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE ( T ) RECEBE ( R )	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos Correspondentes	Valor Médio/MÊS do Grupo 02 Laboratório tabela SUS	Valor financeiro anual a ser transferido
DRS VII	Clínica de Nefrologia E Dialise de Bragança Paulista-CNPJ 07.172.580/0001-43	GE/MAC ou GM/MAC	( T )	Grupo 02 - Laboratório	1 em TRS	126,79	R\$ 1.521,48
DRS I	CLINEFRAN-Clínica de Nefrologia Franco da Rocha	GE/MAC ou GM/MAC	( R )	Grupo 02 - Laboratório	1 em TRS	126,79	R\$ 1.521,48

OBS.: Essa transferência foi pactuada na reunião de CIR de Bragança 07/02/2024

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência mês de março 2024.

### 7.2 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de Campinas.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
CAMPINAS	AMPARO	27.385,80		Recebe recursos no valor de R\$ 27.385,80 anual referente o Grupo 02 de procedimentos da Tabela SIGTAP/SUS "diagnóstico em laboratório clínico" na atenção especializada TRS, para 18 paciente (s) da Clínica de Nefrologia e Dialise de Bragança Paulista de Município Bragança Paulista, CNES:2039206, CNPJ nº 07.172.580/0001-43, sob Gestão Estadual, para o município de Amparo, que foi transferido (s) para Centro de Nefrologia de Amparo, localizada no município de Amparo. em consonância com o Plano de Ação Regional da DRS. pactuado constante na Ata da CIR da região de saúde de Circuito, realizada na data de 01/02/2024.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de março de 2024.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

DRS	MUNICÍPIO/ INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE ( T ) RECEBE ( R )	Procediment os por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimento s Corresponde ntes	Valor Médio/MÊS do Grupo 02 Laboratório tabela SUS	Valor financeiro anual a ser transferido
DRS VII	Clínica de Nefrologia E Dialise de Bragança Paulista-CNPJ 07.172.580/0001-43	GE/MAC ou GM/MAC	( T )	Grupo 02 - Laboratório	18 em TRS	2.282,15	R\$ 27.385,80
DRS VII	CENAN -Centro de Nefrologia Amparo- CNPJ 11.839.161/0001- 90	GE/MAC ou GM/MAC	( R )		18 em TRS	2.282,15	R\$ 27.385,80
OBS.: Essa transferência foi pactuada na reunião de CIR em 01/02/2024							
Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência mês de março de 2024.							

**7.3 Transferência de Teto MAC entre gestores na região de abrangência do DRS de Campinas.**

DRS	MUNICÍPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
CAMPINAS	CAMPO LIMPO PAULISTA	6.085,68		Recebe recursos no valor de R\$ 6.085,68 anual referente o Grupo 02- de procedimentos da Tabela SIGITAP "diagnóstico em laboratório clínico" na atenção especializada TRS, para 4 paciente (s) da Clínica de Nefrologia e Dialise de Bragança Paulista de Município Bragança Paulista, CNES:2039206, CNPJ nº 07.172.580/0001-43, sob Gestão Estadual, para o município de Campo Limpo Paulista, que foi transferido (s) para CLINEFRAN Centro de Nefrologia Dra. Debora Paula Duarte, localizada no município de Campo Limpo Paulista. em consonância com o Plano de Ação Regional da DRS. pactuado constante na Ata da CIR da região de saúde de Jundiá, realizada na data de 06/02/2024.

Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência de março de 2024.

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

DRS	MUNICÍPIO/ INSTITUIÇÃO	GESTÃO	TRANSFERE (T) RECEBE (R)	Procedimentos por Sub Grupos	Quantidade Física anual Procedimentos Correspondentes	Valor Médio/MÊS do Grupo 02 Laboratório tabela SUS	Valor financeiro anual a ser transferido
DRS VII	Clínica de Nefrologia E Dialise de Bragança Paulista- CNPJ 07.172.580/0001- 43	GE/MAC ou GM/MAC	(T)	Grupo 02 - Laboratório	4 em TRS	507,14	R\$ 6.085,68
DRS VII	CLINEFRAN- CENTRO DE NEFROLOGIA DRA. DEBORA PAULA DUARTE	GE/MAC ou GM/MAC	( R )	Grupo 02 - Laboratório	4 em TRS	507,14	R\$ 6.085,68
OBS.: Essa transferência foi pactuada na reunião de CIR Bragança de 06/02/2024							
Transferência de teto financeiro MAC a partir da competência mês de março 2024.							

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, coloca para aprovação da CIB, as transferências de teto MAC entre gestores. Informa que as três transferências de valores de MAC, sai da gestão estadual para alguns municípios que receberam paciente de TRS oriundos de um serviço sobre gestão estadual, em Bragança Paulista, e passam a dialisar em Franco da Rocha, em Amparo e em Campo Limpo Paulista.

**Encaminhamento: Aprovado**

## 8. Aprovação de Transferência Excepcional de Teto MAC:

### 8.1 Transferência Excepcional do Teto MAC da Gestão Estadual para a Gestão Municipal, a partir da Competência Março de 2024.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
SOROCABA	APIAÍ	6.000.000,00		Transfere da gestão estadual - município de São Paulo, o valor de R\$ 6.000.000,00/ano equivalente a R\$ 500.000,00/mês, para a gestão do município de Apiaí, por um período de 06 (seis) meses, destinado a repasse para a associação beneficente de Apiaí, sob gestão municipal, CNES 2082098, visando ajuste pela implementação da tabela sus Paulista. Observamos que a recomposição do Teto Mac, da gestão estadual com restituição do valor pelo município, será realizada na competência setembro de 2024

### 8.2 Transferência Excepcional do Teto MAC da Gestão Estadual para a Gestão Municipal, a partir da Competência Março de 2024.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
BARRETOS	BARRETOS	30.000.000,00		Transfere da Gestão Estadual - Município de São Paulo, o valor de R\$ 30.000.000,00/ano equivalente a R\$ 2.500.000,00/mês, para a Gestão do Município de Barretos, por um período de 06 (seis) meses, destinado a repasse para a Santa Casa de Barretos, sob Gestão Municipal, CNES 2092611 visando ajuste pela implementação da Tabela SUS Paulista. Observamos que a recomposição do teto MAC, da Gestão Estadual com restituição do valor pelo Município, será realizada na competência setembro de 2024.

### 8.3 Transferência Excepcional do Teto MAC da Gestão Estadual para a Gestão Municipal, a partir da Competência Março de 2024.

DRS	MUNICIPIO	ALTERAÇÃO CIB		MOTIVO
		RECEBE	TRANSFERE	
ARARAQUARA	ARARAQUARA	4.263.312,00		Transfere da Gestão Estadual - Município de São Paulo, o valor de R\$ 4.263.312,00/ano equivalente a R\$ 355.276,00/mês, para a Gestão do Município de Araraquara, por um período de 06 (seis) meses, destinado a repasse para a Santa Casa de Araraquara, sob Gestão Municipal, CNES 2082527, visando ajuste pela implementação da Tabela SUS Paulista. Observamos que a recomposição do teto MAC, da Gestão Estadual com restituição do valor pelo Município, será realizada na competência setembro de 2024.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, coloca para aprovação três transferências excepcionais de teto MAC, para o município de Apiaí, Barretos e Araraquara. Explica que são recursos do teto da gestão estadual que em razão da tabela Paulista, obteve-se um comparativo entre o que se recebia através de convênio que passa a receber pela tabela. Coloca ainda que, alguns prestadores sob gestão municipal, tiveram uma diferença

por algum convênio que ainda está por vencer, foi feito para 10 meses para 12 meses, assim a solução encontrada foi, neste momento, a gestão estadual passa o recurso do teto do estado para que esses prestadores produzam. Informa que foi orientado todos esses prestadores, que irão conseguir aumentar a sua produção, para que não tenham perda nesse momento, assim irão receber este recurso de teto MAC por 6 meses, período este que irá equilibrar com o valor da tabela e a produção, portanto é uma solução temporária (por 6 meses).

### **Encaminhamento: Aprovado**

#### **9. Atualização periódica e contínua do cadastro CDR.**

Nelson Yatsuda, CRS/SES, inicialmente coloca que, a proposta refere-se à atualização do cadastro dos pacientes no CDR, com o objetivo de verificar efetivamente se continua a mesma necessidade dos pacientes, registradas inicialmente. Informa que, a atualização não ocorre de maneira automática e depende de quem inseriu a solicitação, portanto, muitos dos casos inseridos não se consegue identificar nenhuma alteração, nem do agendamento, nem dos exames ou outra condição. Coloca que há a necessidade dessa atualização até para nortear as ações e a proposta é que se faça essa atualização, inicialmente, pelo período de 3 anos, o que entrou antes desses 3 anos, aquela solicitação que não teve nenhum movimento nesse período pelo próprio sistema é possível que se mude o status dessa solicitação. Explica que identificando-se a necessidade do paciente, não será direcionado para o final da fila e sim manterá a posição do paciente na fila e será atualizado e qualificado a necessidade da assistência que está cadastrada.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva de Estado da Saúde de São Paulo salienta que essa primeira proposta seria para os últimos 3 anos e com o passar do tempo será ampliada para os últimos 2 anos. Reforça que haverá um esforço interno das unidades sob gestão estadual, seja por OSS ou pela administração direta, para que os prestadores consigam informar dentro do sistema, se o paciente já passou pelo procedimento necessário.

Nelson Yatsuda, CRS/SES, informa que a ferramenta já foi desenvolvida e que será necessário a informação ativa, por parte do prestador, sob gestão estadual, ou próprios da gestão estadual, e gestão municipais, pois é necessário a movimentação do solicitante, se no período de 3 anos, o paciente não foi atendido.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo Geraldo, diz que os municípios irão revisar os pacientes, porém, questiona que o paciente solicitado pelo município e pelo estado, localiza-se muitas vezes nas duas filas. Pergunta se buscando todos os pacientes inseridos na fila de 3 anos atrás, que tiveram o seu problema resolvido, será retirado da fila ou será mantido?

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, pergunta se todas estas questões foram discutidas em algum grupo técnico de regulação ou na reunião da Câmara Técnica?

Nelson Yatsuda, CRSES, responde que não houve discussão em nenhum GT.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS, coloca que esta pauta foi incluída na CIB pelo Nelson Yatsuda.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, acredita que a questão do CDR, trata-se de um problema do próprio sistema, ou seja, se a atualização do paciente for inserida no sistema, deverá ser retirado do pois, não sairá automaticamente, mesmo se o paciente for atendido. Acredita ainda que há um problema estrutural do próprio sistema, que necessita de muita revisão, não se trata de um sistema inteligente. Sugere que a discussão seja remetida ao grupo técnico bipartite, que trata da regulação, para que haja um pouco mais de clareza no que está sendo proposto.

Nelson Yatsuda, CRSES, sugere que a proposta seja pré-aprovada, condicionando a aprovação final após a discussão do grupo técnico bipartite.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, salienta que é importante ter um pouco mais de entendimento a respeito de todas as questões apresentadas referentes às atualizações do cadastro CDR, sendo que a questão das filas não foram discutidas em momento nenhum. Ressalta que cada prestador tem uma dinâmica em relação às filas, não existe uniformidade, portanto, entende que o caminho é ter ciência da fila.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba e 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP, reitera que esta atualização necessita de uma discussão com o GT bipartite, a fim de encontrar as soluções com maior cuidado e clareza.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva de Estado da Saúde de São Paulo concorda que direcionar a proposta para ser apreciada em reunião com o grupo técnico bipartite é excelente e afirma que retomar a questão da regulação como um todo, trata-se de

um dos principais pontos para todos. Informa que há neste momento uma parceria com o projeto BID para inicialmente melhorar o processo e em seguida partir para a questão do sistema. Entende que há diversas limitações em relação ao sistema atual, porém, para além das limitações, há situações possíveis de se trabalhar com esse sistema. Ressalta que não serão adotadas essas situações por questões de pactuação que precisam ser discutidas.

**Encaminhamento:** pleito aprovado no mérito, condicionando a aprovação final, após discussão no GT bipartite de Regulação e Rede de Urgência e Emergência.

#### **10. Ofício CIB ao MS – desabastecimento de testes rápidos.**

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, coloca que foi realizado a curva hoje, do aumento de casos COVID-19 e a grande dificuldade hoje são a falta de testes rápidos. Informa que a última solicitação de testes foi atendida em 7 de fevereiro/2024.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo Geraldo, ressalta que não tem coisa melhor de estar, de um lado e depois do outro lado, só assim para sentir o drama que se passa.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, ressalta que testar o paciente suspeito de COVID, isso faz parte do protocolo. Diz que, a falta de teste rápidos, foi apontado fortemente na reunião de representantes e, na reunião de diretoria.

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, informa que o estado de São Paulo fez a aquisição de 1.000.000 de testes só este ano, na verdade as aquisições tiveram início o ano passado, mas a entrega só ocorreu pela empresa este ano; assim já foi encaminhado 500.000 testes rápidos, para a rede proporcionalmente aos pedidos, e o que se conseguiu foi atender dois pedidos. Coloca que a segunda compra de 500.000 testes, a previsão era para entrega em meados de janeiro e até o presente momento não foi entregue pela empresa e já estão sofrendo as sanções legais, multas. Paralelamente, diz que a OPAS entregou quando na terça, nos entregou 46.000 testes rápidos e, é o que se tem no momento. Informa que o Ministério da Saúde, a princípio, apesar de todos os pedidos, não encaminhou nenhum teste rápido este ano. Lembrando que foi recusado os testes com validade para março, mesmo assim o MS nem sinalizou a entrega, os testes ficaram retidos em alfândega.



Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, ressalta que é importante relatar essa condição do Ministério, que está atrelado a um prazo de entrega do Ministério, para que o estado tivesse tempo de fazer logística de entrega para os municípios, para que não ficasse nos municípios testes vencidos.

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, lembra que o estado segue as solicitações a partir da deliberação CIB 87, então o sistema CEVESP ele sempre está aberto nas semanas epidemiológicas ímpares para solicitação de novos pedidos, esse ano atendemos proporcionalmente, os pedidos da semana um e semana três, assim que receber será encaminhado, proporcionalmente, os pedidos relativos à semana epidemiológica 5, e assim sucessivamente, para não perder daqueles que pediram numa semana ou não pediram na outra, não será pulado nenhuma semana de pedidos e será encaminhado proporcionalmente.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, entende que se deve-se elaborar um ofício bipartite, reiterando, cobrando o Ministério que é o responsável pela distribuição e embora o estado tenha adquirido, existem problemas na entrega, além disso, não será suficiente. Sugere formalizar essa cobrança através de um ofício CIB e encaminhar, com a sugestão de copiar o CONASS e CONASEMS.

**Encaminhamento: Aprovado**

#### **IV. APRESENTAÇÕES/DISCUSSÕES**

##### **1. Atualização da Situação Epidemiológica – Arboviroses.**

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, cumprimenta a todos e apresenta o panorama das arboviroses urbanas no estado de São Paulo. Coloca que até o momento, são 181.271 casos notificados de dengue, sendo 64.600 casos confirmados, com 17 óbitos. Recorda que em 2023, no mesmo período foram notificados 83.015 casos de dengue, com 35.928 casos confirmados e 48 óbitos.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, pergunta quantos casos de dengue estão em investigação?

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, afirma que irá confirmar no Painel para obter a informação correta referente ao número de casos de dengue que encontram-se em investigação. Acrescenta que os casos de dengue clássicos, representam 98% dos casos confirmados, dengue com sinais de alarme 1,6% e dengue grave 0,15%. Demonstra que em relação às taxas de incidência dos casos confirmados por regiões

de saúde no estado de São Paulo, neste momento são 17 óbitos distribuídos entre os mais diversos municípios. Ressalta que há uma taxa de incidência de 145,4 casos para cada 100.000 habitantes e apresenta a distribuição da incidência dos casos confirmados, de acordo com as regiões de saúde. Coloca que os locais com maior taxa de incidência são o Vale do Paraíba e região Serrana, Sul Barretos e Vale das Cachoeiras. Diz que neste momento em relação às arboviroses são 522 municípios com 80,9 % de casos confirmados para dengue, 96 municípios com 14,9% com casos em investigação e 27 municípios com 4,2% sem casos de dengue notificados. Apresenta a distribuição dos sorotipos por região de saúde, identificando a presença de 3 sorotipos circulantes no estado de São Paulo, sorotipos 1, 2 e 3, na região noroeste do estado. Diz que há um caso importado do sorotipo 3 na região de Cotia e ressalta que na região do noroeste do estado existe a co-circulação de sorotipos 1 e 2, na região de Votuporanga e Cardoso e o sorotipo 3 foi identificado no município de Campinas, Cardoso, Cotia, Valentim Gentil e Votuporanga. Acrescenta que esses dados são provenientes das amostras coletadas nas 71 unidades sentinelas da vigilância de arboviroses do Estado de São Paulo, assim como da vigilância universal de casos graves e óbitos por suspeita de dengue. Esclarece que em relação à Chikungunya, há um aumento do número de casos em relação ao mesmo período, em 2023. Informa que até o momento, são 2.182 casos notificados, sendo 494 casos confirmados e um óbito no município de Icém. Ressalta que no ano de 2023, o cenário estava um pouco mais favorável e lembra que houve uma transmissão importante no final de 2023 e início do ano de 2024 na região noroeste do estado, ou seja, nos municípios de Rio Preto, Votuporanga e Icém. Coloca que há uma incidência acumulada de Chikungunya na região noroeste do estado de São Paulo, mas com casos também em outras regiões de saúde. Alerta que o número de municípios com casos confirmados de Chikungunya, representam 7% dos municípios. Diz que em relação à Zika, há um cenário bem mais tranquilo, sem apresentar nenhum caso confirmado. Destaca algumas ações que foram desenvolvidas: Painel de monitoramento das arboviroses, que está disponível no endereço <https://dengue.saude.sp.gov.br>; Monitoramento das 71 unidades sentinelas , lembrando que para cada unidade devem ser coletadas de 2 a 5 amostras por semana , para serem encaminhadas ao IAL; Sala de situação estadual de arboviroses que mantém suas reuniões quinzenais; Campanhas publicitárias que estão sendo desenvolvidas; Formalização do COE; Aulas rápidas em relação à capacitação de manejo clínico do paciente com suspeita de dengue e organização de serviço nas unidades na rede assistencial para o paciente com suspeita de dengue, além do vídeo em relação ao controle de criadouros.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva da Saúde do Estado de SP, lembra que está agendada a reunião do COE, às 10h no dia 23/02/2024.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, solicita uma atualização da Deliberação CIB nº 173/2021, referente à assistência farmacêutica em relação aos medicamentos para arboviroses e não apenas para Chikungunya.

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, ressalta que foram realizados em conjunto com a divisão de arboviroses, os cálculos de insumo para toda a rede de atenção ao paciente com suspeita de dengue. Ressalta ainda que todos os cenários serão discutidos durante a reunião do COE, com o cálculo de insumos para toda a rede de atenção, previsão de leitos de internação, leitos de UTI, quantidade de hemogramas por paciente a depender do cenário epidemiológico, soro de reidratação oral, soro fisiológico e medicamentos, como, dipirona oral, dipirona injetável, entre outros.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, alega que como a Deliberação CIB nº 173/2021, é específica da assistência farmacêutica e traz antitérmicos, analgésicos e soro de reidratação oral, seria extremamente importante que ela fosse aprovada e atualizada nesse momento que os municípios vivem de enfrentamento a dengue, porque os municípios estão fazendo a aquisição e utilização de soros, hemograma e a disponibilização de cadeiras.

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, entende que após a reunião do COE, há uma reunião agendada com os todos os coordenadores, com o objetivo de alinhar todas as questões, não somente a questão da assistência farmacêutica. Acredita que será possível atualizar a Deliberação CIB nº 173/2021 e em paralelo acelerar a questão referente a todos os outros insumos com as demais coordenadorias.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, coloca a preocupação dos municípios neste momento em relação ao aumento de casos de dengue, portanto, sugere que pelo menos a Deliberação CIB seja atualizada imediatamente, com o objetivo de auxiliar os municípios.

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, complementa que em 2023, houve um aporte de soro de reidratação oral, especificamente para a região de Araraquara.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, coloca que caso haja um aporte, esta Deliberação referente à assistência farmacêutica em relação a medicamentos apenas para Chikungunya, torna-se restritiva. Entende que, a atualização da Deliberação, além de facilitar o trabalho dos municípios, oferece resguardo para a Secretaria de Estado da Saúde.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva da Saúde do Estado de SP, esclarece que será necessário verificar o impacto orçamentário da atualização e se existe algum outro impacto para o futuro.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, pergunta se existe a possibilidade de ser uma publicação da atualização da Deliberação CIB *ad referendum*?

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, coloca que a reunião do COE será no dia seguinte da reunião da CIB e acredita que a agilidade será para todas as questões, porque a situação neste momento está mais complexa. Acrescenta que é necessário ter um olhar para toda a rede assistencial, os insumos e ressalta que foram agendadas reuniões, convocando todos os coordenadores. Diz que será elaborado um documento mais amplo, será avaliado o que a Dra. Priscila apontou, que refere-se ao impacto orçamentário. Ressalta que a Deliberação será publicada *ad referendum* o mais rápido possível, após um consenso bipartite.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, ressalta a sua preocupação, com a possibilidade de aguardar a próxima reunião da CIB, para resolver esta atualização da Deliberação CIB.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, afirma que trata-se de uma emergência, e não será necessário aguardar a próxima reunião da CIB para resolver a publicação da Deliberação *ad referendum*.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva da Saúde do Estado de SP, relembra uma situação que o Dr. Geraldo Reple, trouxe na última semana, em relação ao IGM, que refere-se a publicação de 2 resoluções. Esclarece que uma resolução é referente a parte fixa do adiantamento da primeira parcela do primeiro quadrimestre e a outra resolução trata-se, de um valor adicional para o município em relação a questão da emergência sanitária.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, ressalta que a resolução 20, concede recurso bem maior do que o último recurso recebido para arbovirose em 2016 /2017, porém, o volume de casos atualmente é maior em número e em gravidade. Pergunta quantos óbitos existem em investigação?

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, responde que são 69 óbitos em investigação.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, sugere que seja elaborado um Ofício CIB, referente a questão da aquisição dos repelentes para as gestantes.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva da Saúde do Estado de SP, esclarece que esse assunto chegou para o Gabinete e diz que será pauta durante a reunião do COE.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, deseja registrar ainda na CIB a condição do IAL, referente a questão da liberação dos resultados com um represamento enorme de exames. Sugere que esta questão seja observada com mais cuidado e atenção, principalmente, numa condição de epidemia que estamos vivendo e que houvesse esse plano de contingência pelo próprio IAL como houve por ocasião da Covid.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva da Saúde do Estado de SP, ressalta que foi realizada uma atualização no IAL para que mais amostras sejam processadas em menos tempo.

Nathalia Cristina Soares Franceschi Landi de Moraes, CVE/CCD/SES, coloca que trata-se de uma redução de até 70% do tempo em relação à liberação do resultado.

## V. INFORMES (3 min cada item)

### 1. Situação de Abastecimento de Medicamentos:

- **Componente Básico da Assistência Farmacêutica;**
- **Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica;**
- **Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;**
- **Medicamentos Oncológicos.**

Dr. Daniel Buffone de Oliveira, Coordenador da CAF/SES, cumprimenta a todos e informa, inicialmente, a situação do componente estratégico. Coloca que 8 itens estão desabastecidos e estão em processo de aquisição pelo Ministério da Saúde. Quanto ao componente básico, da assistência farmacêutica informa que são 18 itens em processo de abastecimento, sendo que 6 itens em aquisição e 11 itens aguardando entrega para distribuição. Quanto as insulinas, informa que foi realizado 100% da aquisição pelo Ministério da Saúde. Informa também, para o Programa de Saúde da Mulher, estão 100% abastecidos. Quanto ao componente especializado, são 22 itens em desabastecimento fornecidos pelo MS sendo, 02 em aquisição, 15 aguardando entrega e 05 em distribuição; e, 05 em aquisição e 02 em distribuição, pela SES/SP.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, propõe um ofício CIB ao MS, solicitando os 22 itens do componente especializado em desabastecimento, pois, alguns medicamentos são únicos, para tratamento. Ressalta que é necessário formalizar a importância de encaminhamento para atender as necessidades, uma vez que a falta de medicamento vai gerar problema, com certeza. Informa que será elaborada uma proposta de ofício CIB, em conjunto com COSEMS para encaminhar ao MS.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, 1ª Vice-presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba, solicita esclarecimentos referente a situação da infraestrutura da assistência farmacêutica. Pergunta se existe alguma informação referente ao planejamento que foi realizado?

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva da Saúde do Estado de SP, Priscilla Perdicaris, coloca que há um projeto bem robusto para mudar essa realidade, da questão da assistência farmacêutica no estado de São Paulo, o entrave está no custo muito elevado. Complementa que existem algumas ações em paralelo, ou seja, alguma entrega mais concreta provavelmente para junho, julho/2024. Acrescenta que uma das ações, diz respeito a um programa de facilitar a entrega da farmácia para o cidadão e ressalta que eventualmente será entregue em farmácia de alto custo, na UBS ou na casa do paciente. Acrescenta ainda que o paciente conseguirá entrar com recurso online e visualizar todo o acompanhamento desse medicamento até a sua efetiva entrega. Ressalta que a logística e o orçamento estão

sendo ordenados com parceiros, inclusive também em conversa com CORREIOS, a fim de obter alguma viabilidade dessa atuação. Entende que outro caminho trata-se de uma revisão global dos nossos contratos de farmácia e verificando junto com os municípios aquelas farmácias que são inviáveis e quais seriam as alternativas.

Dr. Daniel Buffone de Oliveira, Coordenador da CAF/SES, informa que haverá um pool de medicamentos que será disponibilizado por um tempo maior, que possam dispensar por mais tempo, evitando que o paciente necessite dirigir-se por várias vezes na farmácia e diminuir as filas. Informa ainda que, a princípio esta ação foi iniciada nas farmácias da capital e neste momento, será iniciada com as unidades do interior.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva da Saúde do Estado de SP, ressalta que a questão do planejamento está melhorando bastante e que em comparação com 2023, há pouca quebra de estoque para os medicamentos comprados pelo estado. Acrescenta que foi realizado um trabalho estruturante, com o objetivo de melhorar as atas de registro de preço, muito importante para oferecer apoio tanto na agilidade da compra quanto na padronização.

Dr. Daniel Buffone de Oliveira, Coordenador da CAF/SES, complementa que foi realizado um estudo para aumentar o número de itens em atas.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, exemplifica que no município de São Bernardo do Campo, há uma farmácia de alto custo dentro do Poupatempo, porém, os funcionários da farmácia não conseguem acabar a entrega dos medicamentos aos pacientes antes das 21h diariamente, e conseqüentemente, o Poupatempo pretende despejar a farmácia de alto custo. Sugere que o número de medicamentos seja distribuindo, por um tempo maior, para resolver vários problemas inclusive, a questão de o paciente buscar por várias vezes os medicamentos. Destaca que é necessário rever alguns medicamentos que são distribuídos, pois, não faz sentido distribuir, por exemplo, o medicamento atorvastatina numa farmácia de alto custo. Acredita que esta discussão deverá ser nacional, com o pessoal do CONASEMS, porém, na CIB podemos rever a RENAME e, discutir a relação dos medicamentos do estado.

Dr. Daniel Buffone de Oliveira, Coordenador da CAF/SES, diz que há um movimento pelo CONASS, que alguns medicamentos de asma, DPOC e dislipidemia, sejam retirados do componente especializado e sejam enviados para o município. Explica que está sendo realizado um estudo pelo grupo condutor, onde estão levantando todos os custos, a quantidade de pacientes, a fim de solucionar a questão dos recursos em relação a transferência para o município.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, 1ª Vice-presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba, solicita que o referido estudo elaborado, seja submetido ao GT da Assistência Farmacêutica, para discussão e análise.

## **2. SAMU Regional – Baixada Santista.**

Nelson Yatsuda, CRS/SES informa a não aprovação dos pleitos de dois municípios, Guarujá e Praia Grande que atualmente fazem parte do SAMU Regional habilitado, da Baixada Santista e que colocaram em reunião de CIR a intenção de se desvincularem do SAMU Regional e constituírem-se em dois SAMU municipais. Afirma que não teve consenso na CIR e os dois municípios encaminharam para o Grupo Condutor bipartite da Rede de Urgência e Emergência. Informa que, em reunião do Grupo Condutor o MS também houve a participação de representante do Ministério da Saúde, da área de urgência e que também, o referido pleito não foi aprovado. Explica que por algumas questões, não foi aprovado, primeiro pela diretriz do Ministério da Saúde que não habilita SAMU municipal e não vem habilitando mesmo já há alguns anos. Outro ponto, diz que, pode levar a fragilização da rede, principalmente, dos municípios remanescentes desse SAMU regional que em grande parte dependem das referências, principalmente as de maior complexidade que estão nesses respectivos municípios, como, Praia Grande em relação aos outros municípios do litoral sul e o de Guarujá. Explica que é um informe que não teve consenso na respectiva CIR e não foi aprovado na reunião na apreciação do Grupo Condutor da Rede de Urgência Emergência. Ressalta que este informe sirva para dar publicidade, para que eventuais iniciativas semelhantes sejam muito bem repensadas e que pelo contrário, que promovam a articulação regional e que se estimule cada vez mais, as condições na implementação do SAMU regional.

## **3. Vacina contra a Dengue.**

Nathalia Cristina Soares F. L. de Moraes, CVE/CCD/SES inicialmente coloca que, em relação à estratégia de vacinação contra a dengue foi uma definição tripartite. Os critérios para a escolha dos municípios foram:

- População maior que 100 mil habitantes com alta transmissão da dengue no país
- Incidência da doença nos últimos 10 anos (2013 a 2022)
- Maior número de casos em 2023/1014
- Predominância do sorotipo DENV2 (dezembro de 2023)
- Região de saúde

Levando-se em consideração a recomendação do SAGE (Grupo Estratégico Consultivo de Especialistas em Imunização da OMS) e o número limitado de doses devido a capacidade de produção da vacina. Informa que, os critérios para a escolha dos municípios, foram: população maior que 100 mil habitantes com alta transmissão da dengue no país; incidência da doença nos últimos 10 anos (2013 a 2022); maior número de casos em 2023/1014; predominância do



sorotipo DENV2 (dezembro de 2023) e Região de saúde. Afirma que o recorte da faixa etária de 10 a 14 anos, foi eleito como o melhor cenário para iniciar a vacinação contra a dengue no Brasil. Em relação a disponibilidade da vacina no SUS, o Ministério da Saúde (MS) adquiriu todo o quantitativo disponível – 5,2 milhões de doses em 2024 e outras 1,3 milhões doadas pelo laboratório ao MS (validade entre março e abril). Coloca que a logística reversa será de responsabilidade do laboratório Takeda. Informa que a previsão de entrega das doses doadas são: 757.000 doses em 20/01/2024 e 568.130 doses em fevereiro/2024. A região de saúde priorizada no estado de São Paulo, com uma população total (10 a 14 anos) de 200.078 sendo: 102.259 do sexo masculino e 97.819 do feminino.

UF	Cód IBGE	Município	População 10 e 11 anos
SP	351880	GUARULHOS	34.270
SP	355250	SUZANO	8.409
SP	351830	GUARAREMA	800
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	10.960
SP	351570	FERRAZ DE VASCONCELOS	4.994
SP	353060	MOGI DAS CRUZES	12.143
SP	353980	POÁ	2.834
SP	350390	ARUJÁ	2.343
SP	354680	SANTA ISABEL	1.423
SP	350660	BIRITIBA-MIRIM	821
SP	354500	SALESÓPOLIS	419
Total			79.416

Fonte: Nota Técnica nº 11/2024-CGIRF/DPNI/SVSA/MS

Neste momento, a população de 10 e 11 anos será a primeira faixa etária, porque não foi encaminhado o quantitativo total para a vacinação do público de 10 a 14. Diz que quanto ao registro das doses aplicadas serão nos sistemas de informação oficiais: e-SUS, SI-PNI e sistemas próprios que interoperam com a RNDS. Coloca que quanto a Farmacovigilância, a Notificação passiva no e-SUS notifica e a Vigilância ativa, todas essas orientações já foram encaminhadas através de nota técnica, através de capacitações online com os municípios, através da divisão de imunização.

#### 4. Estratégias de Vacinação 2024.

Nathalia Cristina Soares F. L. de Moraes, CVE/CCD/SES diz que quanto as estratégias de vacinação, no geral, para 2024 o Ministério da Saúde propõe a vacinação em escolas, com a população menores de 15 anos. Explica que existem alguns critérios de algumas vacinas elencadas, especificamente, em determinada faixa etária, a distribuição haverá aporte

financeiro, para essa estratégia em específico. Informa que, para o estado de São Paulo receberá, para vacinação em escolas, um total de 2.123.592,13 e os municípios receberão um quantitativo de R\$ 19.113.202,19 (distribuídos pelos 645 municípios) para essa estratégia.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, inicialmente agradece, em nome da Região de Saúde Alto Tietê contemplada, a coordenação da CCD Dra. Regiane e a Diretora do CVE Dra. Tatiana e equipe, em nome da Nathalia, por todo apoio técnico, através de reuniões e capacitação das equipes municipais. Afirma que, a adesão dos alunos está sendo baixa, nas escolas, pois os pais não estão autorizando, nas UBS apesar de abertas, também apresentam baixa adesão. Comenta que nos outros estados parece que está ocorrendo o mesmo. Coloca que há a necessidade realmente de se fazer uma ampla divulgação.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva de Estado da Saúde de São Paulo afirma que será lançado uma estratégia de comunicação da dengue, na segunda-feira, “Dengue sem dúvidas”, nos moldes da “Vacina sem dúvidas” sobre a dengue, compondo perguntas sobre a questão da vacinação. Informa que será lançado na semana que vem ou na outra, não tem a data fechada ainda, entre o dia 28/02 e o dia 4 de março, um projeto o “Dia D da dengue”, de mobilização contra a dengue nas escolas em parceria com os municípios e escolas estaduais. Acredita que, será possível fazer uma mobilização nesse sentido e isso sim já está sendo pensado, como estratégia de comunicação.

Dra. Adriana Martins de Paula, 2ª Vice-Presidente do COSEMS/SP e Secretária Municipal de Saúde de Guararema, coloca que é importante esse movimento com as escolas, para que não caia no descrédito.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba e 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP, lembra da hierarquia escolar municipal e estadual e as diretorias de ensino. Afirma que é importante que haja, uma articulação com urgência entre a SES/SP com a Secretaria Estadual de Educação, para uma mobilização da própria Secretaria de Estado da Educação e o conjunto das diretorias de ensino.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva de Estado da Saúde de São Paulo coloca que essa articulação de mobilização junto com a Secretaria de Educação já está sendo conduzida, juntamente com a Defesa Civil, e outros atores.

**5. Relação de municípios que solicitaram credenciamento de Equipes de Saúde da Família (eSF), Equipes de Atenção Básica (eAB) Equipes de Saúde Bucal(eSB), Agentes comunitários de Saúde (ACS), Gerente de Atenção Básica, UOM e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) e Consultório na Rua(eCR). Portaria nº 1.710, de 08/07/2019 e Nota Técnica 100/2019 – CGFAP/DESF/SAPS/MS.**

MUNICÍPIO	eSF	eAP		ACS	eSB 40hs		eSB diferenciada		eCR		
		MOD. 20hs	MOD. 30hs		I	II	20hs	30hs	I	II	III
GENERAL SALGADO	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PLANALTO	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, apresenta a relação das habilitações da atenção primária, solicitadas pelos gestores municipais.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva de Estado da Saúde de São Paulo informa que o Secretário Estadual de Educação Dr. Renato Feder em reunião com a SES/SP, para uma primeira conversa, sobre um projeto para desenvolver, de “saúde mental nas escolas” e que fosse um projeto bipartite e intersecretarias e, se fosse viável. Coloca para os membros da CIB, se seria possível levar essa discussão, para o Grupo Técnico bipartite de Saúde Mental.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba e 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP, coloca que recentemente foi aprovada uma legislação federal com a proposta de incluir-se a saúde mental nas escolas. Entende que é muito importante retomar, essa discussão.

Dr. Geraldo Reple Sobrinho, Presidente do COSEMS/SP e Secretário Municipal de Saúde de São Bernardo do Campo, informa que essa legislação estadual tem a proposta, dentre outras coisas, de colocar um psicólogo nas escolas. Entende que, se não trabalhar em rede, não faz o mínimo sentido, essa proposta. Afirma que, o SUS tem as Redes de Atenção em Saúde, estado em conjunto com os municípios, e cuidam de uma série de escolas, tanto estaduais quanto as municipais. Ressalta ainda, que os CAPS, compõem a RAPS, que é uma rede de atenção psicossocial.

Dra. Priscilla Reinisch Perdicaris, Secretária Executiva de Estado da Saúde de São Paulo concorda e afirma que esse é o objetivo tratar o assunto em conjunto entre saúde e educação e a RAPS, e para tanto é importantíssimo se discutir no GT bipartite de Saúde Mental o tema e os encaminhamentos.

Dra. Carmem Sílvia Guariente, Secretária Municipal da Saúde de Araçatuba e 1ª Vice-Presidente do COSEMS/SP, informa que é uma legislação federal a Lei 14.819, de 16/01/2024, que institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares. Coloca a necessidade de se discutir as competências e atribuições, das duas pastas para que se faça o atendimento necessário e correto.

Dra. Silvany L. C. Portas, Coordenadora da CPS/SES, coloca que será encaminhado para o Grupo Técnico bipartite de Saúde Mental e inserir a discussão com a educação em tempo oportuno. Agradece a presença de todos, dando por encerrada a reunião.